

**ATA DA 396ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -
CEPRAM**

No dia 27 de julho de 2018, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE, ocorreu a 396ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEPRAM. Estiveram presentes os conselheiros abaixo listados, além de convidados. À pauta constaram os seguintes itens: **1.** Apresentação dos processos apreciados nas 25ª e 26ª Reuniões da Câmara Técnica Recursal, realizadas em 04/05/2018 e 08/06/2018; **2.** Análise do processo nº 1420170001934 que trata de proposta de Resolução do CEPRAM sobre Educação Ambiental na Regulação Ambiental; **3.** Apresentação sobre o Sistema Estadual de Informação Ambiental e Recursos Hídricos - SEIA módulo municipal e outras ações da Gestão Ambiental Compartilhada; **4.** Informes; **5.** O que ocorrer. Mariana Mascarenhas (SEMA) iniciou a reunião após a verificação do *quórum* e justificou a ausência do Secretário Geraldo Reis (SEMA) que teve que atender uma demanda junto a Casa Civil e a ausência de Márcia Telles (INEMA) que teve que atender a um chamado do Tribunal de Contas do Estado, pois estão começando o processo de auditoria. Informou que Kitty Tavares (SEMA), que já foi Secretaria executiva do CEPRAM por muitos anos, ajudaria na condução desta reunião. Mariana Mascarenhas deu as boas vindas aos conselheiros que retornaram ao CEPRAM, Kátia Lima representando a SEAGRI e Luciano Fiuza representante da CETREL, e agradeceu a visita do antigo conselheiro Cláudio Mascarenhas (GERMEN). Mariana fez a leitura da pauta que foi enviada no ato da convocatória e explicou que foi incluída, em "O que ocorrer" uma apresentação do Fórum Baiano de Combate aos impactos dos Agrotóxicos à pedido dos Conselheiros Renato Cunha (GAMBA), Daniel Barreto (GAMBA), Osvaldina Cruz (Flora Brasil) e Luiz Vítor Marsala (CEPEDES). Severino Agra (UFBA) solicitou um espaço para esclarecimentos sobre a situação da CETREL. Quanto aos processos remetidos pela Câmara Técnica Recursal foi realizado rito sumário e o Conselho deliberou da seguinte maneira: **Processo: 2008-009160/TEC/AIMU-0602 - CONDOMÍNIO BUSCA VIDA.** Auto de Infração de multa no valor de R\$100.000,00 no município de Camaçari por construção de muro em Área de Preservação Permanente - APP. O requerente solicitou anulação do Auto de Infração de Multa ou redução do valor ou celebração de Termo de Compromisso. Conselheiro relator Sérgio de Almeida Bastos (SINPEQ). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade com a celebração de termo de compromisso e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2008-000573/TEC/AIMP-0024 - MILENA COUTINHO DE CASTRO.** Auto de Infração de Apreensão no município de Bom Jesus da Lapa por apreensão de 166,45 st de angico vermelho, espécie ameaçada de extinção e protegida pela Resolução CEPRAM nº 1.009/94 sem autorização e sem licença ambiental do CRA. O requerente solicitou o cancelamento do auto. Conselheiro relator Daniel Barreto (GAMBA). A Câmara Técnica decidiu pela

38 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2008-**
39 **018143/TEC/AIMU-1104 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA.** Auto de Infração
40 de multa no valor de R\$ 5.000,00 no município de Nova Viçosa por descumprimento de
41 notificação. O requerente solicitou que seja julgada a multa nula por prescrição. No mérito,
42 seja a multa considerada indevida e seja julgado procedente o recurso. Conselheiro relator
43 Luiz Vitor Marsala (CEPEDES). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade
44 e a plenária concordou tal decisão. **Processo: 2008-016578/TEC/AIMU-1035 - EDSON**
45 **CIDNEI MASETTO.** Auto de Infração de multa no valor R\$20.000,00 no município de
46 Riachão das Neves por corte de árvores nativas de espécies protegidas em desacordo com
47 a legislação. O requerente solicitou anulação do auto de infração ou reconhecimento da
48 prescrição. Conselheiro relator Sergio Bastos (SINPEQ). A Câmara Técnica decidiu pela
49 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-**
50 **000675/TEC/AIMU-0039 - CONDOMÍNIO VERDES MARES.** Auto de Infração de Multa no
51 valor de R\$50.000,00 no município de Salvador por ocupação irregular da APP do Rio
52 Passa Vaca. O requerente solicitou recebimento e provimento do recurso com a declaração
53 de inexigibilidade da multa ou reconhecimento das prescrições punitiva e intercorrente.
54 Conselheiro relator Luiz Vitor (CEPEDES). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da
55 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2010-006759/TEC/AIMU-0190 -**
56 **CATA TECIDOS E EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA.** Auto de Infração de multa no
57 valor de R\$ 8.000,00 no município de Salvador por disposição inadequada de resíduos
58 sólidos. O requerente solicitou recebimento e provimento do recurso com a declaração de
59 insubsistente e prescrita a penalidade de multa. Conselheira relatora Leila Oliveira (FAEB).
60 A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal
61 decisão. **Processo: 2010-016140/TEC/AIAD-0207- PREFEITURA MUNICIPAL DE**
62 **PINTADAS.** Auto de Infração de Advertência no município de Pintadas por implantação de
63 loteamento habitacional sem licença ambiental. O requerente solicitou a redução do valor de
64 Multa aplicada referente a outro procedimento. Conselheiro relator foi Sergio Bastos
65 (SINPEQ). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária
66 referendou tal decisão. **Processo: 2010-013522/TEC/AIMU-0511 - PREFEITURA**
67 **MUNICIPAL DE CASA NOVA.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$150.000,00 no
68 município de Casa Nova por depósito irregular de resíduos sólidos. O requerente solicitou
69 que fosse dado provimento ao recurso declarando sem efeito a aplicação da multa, ou a
70 mesma convertida em serviços de preservação e estabelecimento de Termo de
71 Compromisso. Conselheira relatora foi Lucidalva Rodrigues (PRISMA). A Câmara Técnica
72 decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo:**
73 **2009-000981/TEC/AIMU-0070 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MOENDA**
74 **LTDA – IPAM.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 4.500,00 no município de Jequié

75 por Transporte ilegal de 12m de lenha. O requerente solicitou a improcedência do auto de
76 infração. Conselheira relatora foi Leila Oliveira (FAEB). A Câmara Técnica decidiu pela
77 manutenção da penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2012-**
78 **016873/TEC/AIMU-0593 - ENIO HOLNIK.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$
79 5.000,00 no município de Salvador por falta de entrega do PAD. O requerente solicitou a
80 improcedência do auto de infração com o cancelamento da multa ou substituição da
81 penalidade por advertência ou a redução de seu valor para R\$ 500,00. Conselheiro relator
82 Daniel Barreto (GAMBA). A Câmara Técnica decidiu pela anulação do auto de infração e a
83 plenária referendou tal decisão. **Processo: 2012-016874/TEC/AIMU-0594 - ENIO HOLNIK.**
84 Auto de Infração de multa no valor de R\$ 5.000,00 no município de Salvador, por falta de
85 entrega do PAD. O requerente solicitou a improcedência do auto de infração com o
86 cancelamento da multa ou substituição da penalidade por advertência ou a redução de seu
87 valor para R\$500,00. Conselheira relatora Mariana Vidal (SEMA). A Câmara Técnica decidiu
88 pela anulação do auto de infração e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2012-**
89 **017014/TEC/AIMU-0623 - ENIO HOLNIK.** Auto de Infração de multa no valor de R\$
90 5.000,00 no município de Luis Eduardo Magalhães, por falta de entrega do PAD. O
91 requerente solicitou a improcedência do auto de infração com o cancelamento da multa ou
92 substituição da penalidade por advertência ou a redução de seu valor para R\$500,00.
93 Conselheira relatora Mariana Vidal (SEMA). A Câmara Técnica decidiu pela anulação do
94 auto de infração e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2012-017017/TEC/AIMU-**
95 **0625 - ENIO HOLNIK.** Auto de Infração de multa no valor de R\$ 5.000,00 no município de
96 Luis Eduardo Magalhães, por falta de entrega do PAD. O requerente solicitou a
97 improcedência do auto de infração com o cancelamento da multa ou substituição da
98 penalidade por advertência ou a redução de seu valor para R\$ 500,00. Conselheiro relator
Sérgio Bastos (SINPEQ). A Câmara Técnica decidiu pela anulação do auto de infração e a
100 plenária referendou tal decisão. Respondendo o questionamento do Conselho com relação a
101 serem muitos processos deste mesmo empreendedor, Marcos Machado (INEMA)
102 esclareceu que o empreendedor aderiu ao PARA e gerou um Termo de compromisso por
103 irregularidades formais (não havia licença para atividade agrosilvopastoril) e gerou um PAD
104 para se regularizar. Ocorre que o novo Código Florestal anistiou esse tipo de passivo
105 material ocorrida antes de 2008. Posteriormente, o empreendedor aderiu ao CEFIR que
106 levou a um novo Termo de Compromisso para sua regularização que já foi realizada, assim
107 a Procuradoria entendeu que o órgão não poderia mais manter a penalidade visto que o
108 Código concedeu anistia a essas infrações materiais e, com a adesão ao CEFIR, houve a
109 regularização ambiental desses imóveis rurais. **Processo: 2010-021448/TEC/AIMU-0765 -**
110 **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE CULTURAL ESP RECREATIVA VARZEANA.** Auto de
111 Infração de Multa no valor de R\$5.000,00 no município de Várzea do Poço por fabricação de

112 blocos sem licença ambiental. O requerente solicitou anistia da multa. Conselheira relatora
113 Lucidalva Rodrigues (PRISMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade
114 e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-013899/TEC/AIAD-0078 - INDÚSTRIA**
115 **DE CALÇADOS CASTRO ALVES S/A – FILIAL SANTA LUZ.** Auto de Infração de
116 Advertência no município de Santa Luz por Operação sem licença ambiental. O requerente
117 informou o encerramento das atividades, requerendo o arquivamento do feito. Conselheira
118 relatora Mariana Vidal (SEMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e
119 a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2010-012524/TEC/AIMU-0448 - PREFEITURA**
120 **MUNICIPAL DE REMANSO.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.000,00 no
121 município de Remanso por descumprir auto de infração de advertência. O requerente
122 solicitou a reconsideração da autuação imposta. Conselheiro relator Daniel Barreto
123 (GAMBA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária
124 referendou tal decisão. **Processo: 2009-015177/TEC/AIMU-0283- PETRÓLEO**
125 **BRASILEIRO S/A – UND. DE OPERAÇÕES UN – BA.** Auto de Infração de Multa no valor
126 de R\$ 200.000,00 no município de Esplanada por construir barramento no leito do Rio
127 Quinhanzol sem a necessária licença ambiental, prejudicar a população à jusante e
128 promover o desequilíbrio do ecossistema. O requerente solicitou sucessivamente o
129 cancelamento da multa, conversão em advertência ou redução do valor. Conselheira
130 relatora Lucidalva Nogueira (PRISMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da
131 penalidade e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-013668/TEC/AIIN-0053 -**
132 **RENOVA ENERGIA S/A.** Auto de Infração de interdição temporária no município de
133 Barreiras por supressão de vegetação em APP do Rio de Contas. O requerente solicitou,
134 sucessivamente, seja declarada a nulidade da decisão que homologou o auto de infração, a
135 improcedência do auto de infração ou a sua suspensão. Conselheira relatora Mariana Vidal
136 (SEMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da interdição temporária e a plenária
137 referendou tal decisão. **Processo: 2009-014153/TEC/AIMU-0247 - JOÃO HONOBIO**
138 **CAMPO.** Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.000,00 no município de Itamaraju por
139 descumprimento do Auto de Infração de Advertência nº 2007-006517. O requerente solicitou
140 que seja julgado procedente o recurso administrativo. Conselheira relatora Mariana Vidal
141 (SEMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária referendou
142 tal decisão. **Processo: 2009-031712/TEC/AIMU-0692 - NOEL SEBASTIÃO SANTOS.** Auto
143 de Infração de Multa no valor de R\$ 48.000,00 no município de Quixabeira por manter
144 animais silvestres em cativeiro com fins comerciais sem autorização. O requerente solicitou
145 a conversão da multa em advertência ou em prestação de serviços, sucessivamente.
146 Conselheira relatora Leila Oliveira (FAEB). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da
147 penalidade com celebração do termo de compromisso e a plenária referendou tal decisão.
148 **Processo: 2014-005643/TEC/AIAP-0067 - QUERINO PEREIRA DE OLIVEIRA.** Auto de

149 Infração de Apreensão no município de Santana por transporte de lenha oriunda de
150 vegetação nativa sem licença. O requerente solicitou a celebração de termo de
151 compromisso e arquivamento do processo administrativo referente ao auto de infração.
152 Conselheiro relator Sergio Bastos (SINPEQ). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção
153 da apreensão e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2009-014208/TEC/AIMU-0255**
154 **- LAERTE GRASSI**. Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 3.000,00 no município de
155 Itabela por descumprimento do Auto de Infração de Advertência nº 2007-006511/TEC/AIAD-
156 0349. O requerente solicitou a anulação do Auto de Infração. Conselheiro relator Daniel
157 Barreto (GAMBA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da penalidade e a plenária
158 referendou tal decisão. **Processo: 2008-015932/TEC/AIMU-0991 - REAL SOCIEDADE**
159 **PORTUGUESA DE BENEFICENCIA DEZESSEIS DE SETEMBRO - HOSPI PORTUGUES**.
160 Auto de Infração de Multa no valor de R\$ 20.000,00 no município de Salvador por implantar
161 maternidade sem a necessária licença ambiental. O requerente solicitou sucessivamente:
162 seja cancelada a penalidade, excluindo a imposição da multa arbitrada em R\$ 20.000,00
163 (vinte mil reais); a substituição da sanção de multa por prestação de serviços de
164 preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente dentro da própria
165 unidade hospitalar; a redução da multa constante do auto de infração ao patamar de 90%
166 (noventa por cento), conforme legislação vigente. Conselheira relatora Lucidalva Nogueira
167 (PRISMA). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da multa com celebração de termo
168 de compromisso e a plenária referendou tal decisão. **Processo: 2007-007457/TEC/AIAD-**
169 **0427 - CODEVASF**. Auto de Infração de advertência no município Barreiras por ocupação
170 Irregular de APP do Rio Grande – projeto Barreira Norte. O requerente solicitou a
171 declaração da prescrição ou tornar insubsistente a sanção de advertência. Conselheiro
172 relator Sérgio de Almeida Bastos (SINPEQ). A Câmara Técnica decidiu pela manutenção da
173 advertência e a plenária referendou tal decisão. Após a finalização dos processos de
174 recursos administrativos, Mariana deu início a análise da proposta de Resolução do
175 CEPRAM sobre Educação Ambiental na regulação que teve o pedido de vista do
176 Conselheiro Ruy Argeu (SINDICOM). Ruy Argeu explicou que, na última reunião do
177 Conselho, pediu vistas a esse processo para poder analisar com mais cuidado. Após o
178 pedido de vistas se reuniu com a base que ali está representando e os demais setores do
179 segmento empresarial para alinharem as sugestões de alteração do documento. Informou,
180 ainda, que realizou reuniões com a SEMA e o INEMA para compreender melhor a proposta
181 apresentada e também para debater as contribuições que haviam feito. Numa tentativa de
182 conciliar e acordar os diferentes pontos de vistas se chegou ao documento ali apresentado
183 para análise da plenária. Lembrou a todos que o pedido de vista tem que ser resolvido na
184 reunião subsequente. Renato Cunha sugeriu que sejam destacados os pontos para
185 discussão ao termino da leitura e o que não for destacado é automaticamente aprovado.

186 Luiz Vitor ponderou que a discussão separadamente entre poder público e setor empresarial
187 esvazia as câmaras técnicas e coloca a sociedade civil organizada à parte e que isso não é
188 próprio do estado democrático de direito. Mariana Mascarenhas esclareceu que, na ocasião
189 em que Ruy pediu vistas do processo, representantes das Câmaras Técnicas e a Secretaria
190 Executiva se colocaram à disposição para explicar o documento e esclarecer possíveis
191 dúvidas, não havendo nenhuma intenção de esvaziar as câmaras técnicas, ou mesmo a
192 participação da sociedade civil. Em seguida foi feita a leitura do documento e Mariana
193 explicou as alterações propostas pelo segmento empresarial que serão aqui descritas. No
194 **Art. 1º** foi solicitado que ficassem claros os tipos de licenças que estariam regidas por essa
195 norma, pois anteriormente essa informação constava apenas no anexo: "**Art. 1º** -
196 *Estabelecer diretrizes para a elaboração, execução e monitoramento das condicionantes de*
197 *educação ambiental constantes dos processos de licenciamento ambiental (Licença*
198 *Unificada, Licença Prévia, Licença de Implantação e Licença de operação), bem como nos*
199 *atos de Autorização de Supressão de Vegetação Nativa - ASV e Autorização Ambiental -*
200 *AA.*" No Art. 3º Mariana Vidal (SEMA) fez uma observação dizendo que o art. 1º faz menção
201 aos tipos de processos de licenciamento ambiental e não das atividades e
202 empreendimentos, então era necessário substituir atividades e empreendimentos por
203 processos de licenciamento ambiental. Ficando a redação do art. 3º da seguinte forma: "**Art.**
204 **3º** - *As condicionantes de educação ambiental, relacionadas aos processos de*
205 *licenciamento ambiental, ASV e AA referidos no artigo 1º, deverão atender aos seguintes*
206 *objetivos.*" Para o Art. 4º houve a sugestão de exclusão do item V (que trata da criação de
207 comissão de acompanhamento do empreendimento - CAE) e inclusive foi o entendimento da
208 SEMA é que essa comissão deve acompanhar todas as condicionantes e não apenas as de
209 educação ambiental. Houve, também, um questionamento com relação ao plano de
210 comunicação social, pois existe uma área que trabalha com comunicação social que tem o
211 escopo do que é um plano de comunicação social, que é algo mais amplo, aprofundado e
212 detalhado e que envolve custos maiores. Então o que a SEMA sugeriu, para equacionar
213 essa questão, foi à criação de outra componente que trouxesse ações de divulgação e
214 sensibilização que seriam aplicadas para os empreendimentos das classes menores e o
215 plano de comunicação ficaria para empreendimentos das classes maiores. Assim, foi
216 excluída a CAE e incluído o novo item "*desenvolvimento de ações de comunicação ou*
217 *atividades de mobilização e sensibilização que informem sobre o empreendimento incluindo*
218 *seus impactos ambientais*". Mariana informou que nesse artigo foi incluído um parágrafo
219 único: "*O Órgão Ambiental competente deverá elaborar roteiros orientadores com*
220 *detalhamento técnico para cada uma das 05 (cinco) componentes descritas neste artigo*
221 *num prazo de 90 (noventa) dias.*" Mariana explicou que a idéia foi dar um prazo para o
222 INEMA poder detalhar melhor essas componentes com vistas a orientar o trabalho dos

223 técnicos. Gilberto Neto (Sindicato Rural de Coaraci) sugeriu que no *caput* se substituisse a
224 expressão “componentes” por “instrumentos”. Mariana esclareceu que eles não são
225 instrumentos, e sim, as várias componentes que podem ser envolvidas dentro da
226 condicionante. Severino Agra argumentou achar importante manter a expressão
227 componentes, pois isso tem um significado de demandas, tarefas, então o inciso fica
228 parecendo que é apenas uma determinação dispositivo legal, mas além disso existe uma
229 demanda técnica legal por traz dele, então a palavra componente é mais consistente. Foi
230 feita a seguinte proposta para a redação do *caput*: “*As condicionantes de educação*
231 *ambiental se darão por meio dos seguintes componentes relacionados nos incisos abaixo e*
232 *conforme Anexos I e II*”. A sugestão de redação foi aceita. No Art. 5º a sugestão foi substituir
233 o “será” pelo “poderá ser” e também incluir o “e/ou”, pois quando se põe o “e” está dizendo
234 que todo mundo e nem sempre todos os empreendimentos precisam se articular com todos.
235 Após muito debate o artigo ficou da seguinte forma: “**Art. 5º** - O público da educação
236 *ambiental, na regulação ambiental, abrangerá prioritariamente, quando couber, os gestores*
237 *e trabalhadores dos empreendimentos, gestores públicos, moradores, lideranças,*
238 *educadores, educandos e formadores de opinião das áreas de influência direta do*
239 *empreendimento*”. Em seguida foram feitos alguns ajustes nos anexos da resolução.
240 Mariana Mascarenhas aproveitou o momento para esclarecer a importância da aprovação
241 dessa resolução, pois é um instrumento novo dentro dos conselhos de meio ambiente,
242 nenhum outro conselho de estadual do meio ambiente tem uma resolução que trate de
243 educação ambiental na regulamentação ambiental e isso vai, necessariamente, sofrer
244 ajustes quando necessário. Solicitou nesse momento de aprovação da resolução a presença
245 de Luciana Khoury (MPE-BA), Lilite Cintra (membro da CIEA durante os anos de
246 elaboração do documento) para fazerem parte da mesa e colocou em votação a resolução
247 de educação ambiental na regulação que foi aprovada por unanimidade com 21 (vinte e um)
248 votos favoráveis. Mariana esclareceu que, devido ao horário e a compromissos das pessoas
249 que fariam as apresentações, não continuaria a reunião, mas precisava dar os
250 encaminhamentos para os itens restantes que ficaram para a próxima reunião. João Lopes
251 (ASSOCAFE) informou que, na última reunião solicitou que fosse feito um documento
252 solicitando ao Governador que não extinguisse da Procuradoria Jurídica do INEMA e isso
253 surtiu efeito, pois saiu no Diário Oficial a extinção de todas, menos a do INEMA. Isso foi uma
254 vitória do Conselho e do meio ambiente. Luciana Khoury cumprimentou a todos os
255 conselheiros do CEPRAM e informou que não iria falar do conteúdo que estava previsto
256 devido ao horário. Parabenizou a discussão sobre a educação ambiental e a conquista pela
257 aprovação da resolução de educação ambiental. Informou que na Bahia o Ministério Público
258 – MP tem 90 (noventa) termos de ajustamento de conduta com os municípios, inclusive para
259 tratar de educação ambiental, por isso o MP tem valorizado essa temática e tentando



260 implementar essa articulação. Falou que estava presente na reunião como coordenadora do
261 Fórum Baiano de combate aos impactos dos agrotóxicos e com a presença de outros
262 parceiros que tem assento nesse Fórum. Acredita que a interação Fórum e Conselho é de
263 muita importância por se tratar de questões que dizem respeito direto aos impactos que os
264 agrotóxicos provocam no meio ambiente e na saúde. Informou que haverá uma audiência
265 pública sobre o Projeto de Lei – PL 6.229/02 no dia 01 de agosto na Assembléia Legislativa
266 da Bahia, às 14h, e será de grande valia a participação dos conselheiros do CEPRAM. Essa
267 audiência visa discutir essa proposta de PL que está tramitando na Câmara dos Deputados
268 e que apresenta uma série de pontos que trazem prejuízos irreparáveis ao meio ambiente e
269 à saúde. Agradeceu o convite e se colocou a disposição para apresentar maiores detalhes
270 sobre o trabalho do Fórum Baiano de combate aos impactos de agrotóxicos em outra
271 reunião. Kitty Tavares lembrou que, em maio, houve uma reunião extraordinária que votou
272 um *ad referendum* que envolveu impacto local no CEPRAM e houve a provocação para uma
273 reunião da Câmara Técnica de Gestão Ambiental Compartilhada – CTGAC para dar início
274 ao processo de revisão da Resolução CEPRAM nº 4.327 de 2013 que *“Dispõe sobre as*
275 *atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de*
276 *cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência*
277 *comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e*
278 *ao combate da poluição em qualquer de suas formas, conforme previsto na Lei*
279 *Complementar nº 140/2011, e dá outras providências”*. Informou que houve a reunião da
280 CTGAC e foi estipulado um prazo de 02 (dois) meses para que os membros dessa Câmara
281 Técnica enviassem suas contribuições e questionamentos. Entretanto, apenas um membro
282 se pronunciou solicitando mais tempo para a análise e debate com seu segmento. Assim, a
283 idéia da apresentação prevista para essa reunião era animar esse processo de diálogo
284 dentro do Conselho e também apresentar o módulo para os municípios desenvolvido no
285 SEIA. Diante disso, foi acordado que essa exposição e diálogo ocorrerão na próxima
286 reunião ordinária do CEPRAM. Mariana Mascarenhas parabenizou Lilite Cintra, Zanna
287 Mattos (SEMA) e a equipe técnica do INEMA pelo trabalho desenvolvido na elaboração
288 dessa normativa para condicionantes de educação ambiental nos processos de
289 licenciamento. Lilite falou que é muito gratificante chegar nesse momento, pois acompanha
290 essa discussão há 10 (dez) anos. Ressaltou para todos conselheiros e convidados que essa
291 reunião foi um exemplo de educação ambiental crítica que propões o diálogo entre os
292 diferentes interesses, que busca a construção participativa das regras e procedimentos que
293 regem nossa sociedade. Afirmou saber do longo caminho que ainda é preciso percorrer para
294 essa norma seja assimilada em nosso dia a dia, mas foi dado um importante passo nesse
295 dia. Agradeceu a todos que trabalharam nesse documento nos últimos 10 (dez) anos para
296 esse documento ser aprovado pelo CEPRAM. O Conselheiro Severino Agra solicitou que

297 fosse feita uma reunião extraordinária do CEPRAM para discutir as recentes denúncias
298 referentes ao processo de licenciamento da CETREL no Pólo Petroquímico em tramitação
299 no INEMA. Mariana recebeu a solicitação e disse que verificará de que maneira poderá
300 trazer essa discussão ao CEPRAM. Renato Cunha sugeriu que fosse feita uma
301 recomendação ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH para que seja feita
302 uma normativa nesse teor para a concessão de outorgas no Estado e que a CIEA e o
303 CEPRAM possam participar dessa construção. Mariana irá repassar a demanda ao
304 CONERH. Renato solicitou, ainda que seja dado andamento ao Grupo de Trabalho para
305 acompanhamento e monitoramento da questão do Chumbo em Santo Amaro. Informou que
306 esteve, com o Conselheiro Miguel Accioly (UFBA), em uma audiência pública promovida
307 pela Defensoria Pública do Estado da Bahia em Santo Amaro e, na ocasião, informou foi
308 criado um grupo de trabalho para tratar da questão do chumbo no CEPRAM. Mariana pediu
309 desculpas por não ter conseguido finalizar a composição do GT, mas se comprometeu a
310 encaminhar esses trabalhos o quanto antes. Sem mais nenhum assunto a ser apreciado
311 naquele momento, Mariana agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

312 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas *Mascarenhas*

313 **Conselheiros presentes:**

314 Marcos Gonçalves Almeida – SEINFRA

315 Kátia Correia Lima - SEAGRI

316 Taís Nascimento Gouveia - SDE

317 Stenio Júnior – SEDUR

318 Geysa Amaral Brandão – UPB

319 Jorge Emanuel Reis Cajazeiras - FIEB

320 Luis Fernando Galvão – SINDIBRITA

321 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC

322 Sérgio de Almeida Bastos – SINPEQ

323 José Roberto Pedreira Franco – DAC

324 Sabrina de Branco - SINDPACEL

325 Bernardino Rodrigo Nogueira Filho – SECOVI -BA

326 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM/BA

327 José Luciano Fiuza Júnior – CETREL S.A

328 Alessandra Cotrim Reis – AIBA

329 Gilberto Lyrio Neto – Sindicato Rural de Coaraci

330 Evilásio Fraga - FAEB

331 João Lopes Araujo – ASSOCAFÉ

332 Roberta Casali Bahia Damis – OAB/BA

333 Severino Soares Agra Filho – UFBA

- 334 Miguel Accioly – UFBA
- 335 Luiz Vitor Marsala - CEPEDDES
- 336 Ércio da Silva Araújo – Instituto Baleia Jubarte – IBJ
- 337 Daniel Barreto – GAMBA
- 338 Renato Cunha - GAMBA
- 339 Carlos Romero Oliveira de Oliveira – PRISMA
- 340 Osvaldina Rocha dos Santos Cruz - Associação Flora do Brasil
- 341 **Convidados:**
- 342 Izabella de Miranda – SINDPACEL
- 343 Marcos S. Machado – INEMA
- 344 Fernanda Bullões - SINDICOM-BA
- 345 Cleber Falgado – MPE-BA
- 346 Luciana Khoury – MPE-BA
- 347 Cláudio Mascarenhas - GERMEN